

AS RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA NO CONTEXTO DA ACTUAL CRISE DA DIMENSÃO SOCIAL DA NARRATIVA HISTORIOGRÁFICA

267

LUÍS ADÃO DA FONSECA
(Univ. do Porto)

O problema que está em causa nesta minha intervenção não é o do que se pode chamar a malversação ou desvio da história. Sempre as houve, com implicações várias no que à prática historiográfica diz respeito, já seja quanto ao seu estatuto (o problema da história como ciência), à sua escrita (o problema da construção da narrativa), ao seu exercício profissional (a função social do historiador) ou à veracidade da sua mensagem (o problema da verdade).

Hoje em dia, abundam – e bem – as discussões sobre este tema. Ainda recentemente, os autores do *Manifesto da História em Debate* (2001), procuraram responder ao desafio da multiplicidade das correntes historiográficas desenvolvidas na última década do século XX. Entre as 18 propostas metodológicas apresentadas, em uma delas (a 4.^a), dizem o seguinte: «A nova historiografia que propomos será interdisciplinar, porém de maneira equilibrada: internamente, na ampla e diversa comunidade de historiadores, reforçando a unidade disciplinar e científica da história profissional; e, externamente, estendendo o campo de alianças, procurando aproximar-se das ciências sociais clássicas [...]. Aprendendo com as experiências passadas, três caminhos devem ser evitados em nossa opinião, para que a interdisciplinaridade enriqueça a história: 1) perseguir uma impossível “ciência social unificada”, centrada em qualquer outra disciplina, menosprezando o desenvolvimento interdisciplinar individual e colectivo; 2) fazer do diálogo entre história e ciências sociais a receita mágica para a “crise da história”, que entendemos como mudança de paradigmas; 3) diluir a história em uma ou outra disciplina, como nos propõem hoje em dia os narrativistas extremos em relação à literatura»¹.

A afirmação é discutível. O importante, a meu ver, é que seja referida. Ou seja, o que aqui está presente é o problema do estatuto da narrativa historiográfica. Em particular, o problema das suas relações com a literatura, que, de acordo com este

¹ [<http://www.h-debate.com> 29/12/2003].

Manifesto, constitui um dos três componentes fundamentais do problema mais amplo do estatuto disciplinar da prática historiográfica. O problema, a meu ver, é muito importante uma vez que não tem apenas uma dimensão teórica; com efeito, apresenta simultaneamente implicações práticas. É o caso da circunstância de que, hoje em dia e com uma crescente relevância, se multiplicam os canais não historiográficos de construção da memória social do passado (cinema, televisão, revistas, banda desenhada, etc.), fenómeno que pode constituir um preocupante desafio ao estatuto que o discurso historiográfico vem tendo na sociedade ocidental desde o século XIX, e que parece estar em perigo, pelo menos em termos da sua expressão social.

É neste ponto que o problema apresenta inegável interesse para o tema deste meu texto, na medida em que a narrativa historiográfica, para além da dimensão teórica da questão em si, tem implicações paralelas não menos importantes. E começo por uma dessas implicações. A história deve ser uma disciplina académica ou é uma mera consciência? Por outras palavras, a historiografia representa um modo privilegiado de pensar o passado distinto de outras formas de consciência histórica, ou é simplesmente uma entre outras? Consciência de que tipo? Uma simples consciência social?²

A interrogação tem inegável pertinência, considerando as transformações abruptas que, nos tempos mais recentes, têm afectado a historiografia ocidental. Com efeito, passando os olhos pelos grandes rasgos que atravessam a historiografia mais contemporânea (e, neste caso, a propósito da contemporaneidade, reporto-me fundamentalmente ao período terminal do século XX), a bibliografia tem sublinhado sobretudo uma nova sensibilidade perante o sentido da mudança, em que a alteração de paradigmas se traduz numa significativa proliferação de orientações. Vale a pena dedicar alguma atenção a esta vertente onde se articulam estes três elementos: a mudança, a alteração de paradigmas, a proliferação de orientações.

A questão de fundo pode ser resumida nestes termos: desde os gregos que a cultura procura responder ao desafio de saber e de como saber se é verdade aquilo que conhecemos da realidade; e desde há muitos anos que tem imperado na cultura ocidental um paradigma de *verdade*, que foi sendo progressivamente substituído por um paradigma diferente – que se pode apelidar de paradigma de *certeza*. Este modelo de certeza, que tende a privilegiar as metodologias de manipulação da realidade (já que o mundo objectivo, com todas as suas objectividades está aí, disponível à actuação humana), valoriza sobretudo o conhecimento que garanta à razão actuante o fundamento dos seus juízos, ou seja, valoriza sobretudo o conhecimento que lhe dê segurança. Daí que, dentro deste modelo de certeza, o ponto de partida – ou seja, o paradigma – constitua uma obsessão. É evidente que este modelo – típico da modernidade cien-

² Assim, cobra todo o sentido o recente convite proposto pela revista *Rethinking History: The Journal of Theory and Practice* (da prestigiada editora Routledge), sobre o “Futuro do Passado”, anúncio feito na Internet em 4/3/2003 (para ser publicado em 2005), e onde se pode ler: “Given the nature of this issue, the editors will not provide examples of possible topics or themes – it is, after all, the visions and imaginaries of historians in the broadest sense of the word (including academics, filmmakers, novelists, biographers, graphic artists, museum directors, etc.) who will create the past in the future. What we wish to encourage is creative, experimental, innovative and unconventional pieces that think, rethink, theorize, and also practice possible future histories. Over thirty years ago, in his AHA Presidential Address, C. Vann Woodward [...] declaration that history was neither art, nor science, nor literature, but that it was sui generis – a form of knowledge with its own character and methods. In this themed issue the journal seeks to explore not just what is history but what might history be by representing the best current thinking about the major epistemological, theoretical and practical questions that lie at the heart of our vision of the future of history.” (<http://www.tandf.co.uk/journals/authors/rhicfp.asp> [10/11/2003]). A mensagem aqui referida, do ano de 1969, e intitulada *The Future of the Past*, foi publicada na *American Historical Review*, vol. 75, n.º 3, pp. 711-726, e está disponível em http://www.theaha.org/info/AHA_History/cvwoodward.htm [11/11/2003].

tífica – apresenta elementos que constituem aportações importantes (rigor na organização dos dados e sua taxonomia, na terminologia, na fundamentação racional da argumentação), mas creio não ser menos evidente que necessitamos de algo mais.

Com efeito, se a adaptabilidade à mudança pode ser um valor, a fragilidade provocada pela explosão dos paradigmas (ou seja, dos modelos de certeza) será preocupante; se a objectividade pode constituir um ideal a perseguir, dimensões como as implicações éticas da ciência ou as consequências redutoras de alguma tecnociência (ou seja, em que a ciência, para se desenvolver e afirmar, necessita de condições tecnológicas cuja existência a faz depender de condições pessoais e sociais por vezes limitativas) levam-nos a aspirar a algo de diferente, a um retorno a um ideal de verdade que, incorporando os avanços do paradigma de certeza, nos permita dar um sentido pessoal ao trabalho científico.

Isto tem implicações práticas importantes, mas vou referir apenas as que se reportam ao saber histórico, em particular.

Na mensagem que, em Dezembro de 1981, dirigiu aos membros da American Historical Association, e intitulada *The challenge of modern historiography*³, Bernard Bailyn começa por ser referir à mensagem de Gordon Wright de 1976, onde se coloca o problema fulcral do degrau em que a história é uma ciência moral⁴. E, depois, a partir da sua experiência norte-americana de investigação, reconhece a multiplicação das linhas e temas de estudo sem que haja coordenação, ao mesmo tempo que muitos dos estudos mais interessantes são feitos por investigadores de outras disciplinas (geógrafos, economistas, especialistas em metodologia, teólogos e filósofos, antropólogos e sociólogos). Mas, ao não existir a coordenação, esta multiplicidade não significa maior inteligibilidade; com efeito, escreve, a «grande proliferação da escrita da história não serviu para iluminar os grandes temas da história ocidental mas para os obscurecer». Com efeito, perante a crise do sistema tradicional de explicação, nenhum sistema igualmente compreensivo o veio substituir⁵. Na opinião de Bailyn, se há uma generalização a partir de dados empíricos, sujeitos a serem debilitados por outras interpretações construídas a partir de dados diferentes, não é menos evidente que a multiplicação de informação possibilitada pelo recurso a análises quantitativas ou a bancos de dados não fornece uma grelha crítica e coerente.

E, depois de referir a tentativa de Braudel e a sua visão das três dimensões do tempo, assim como a tentativa marxista de introduzir *a powerful framework of coherence*, que igualmente não o convence, entra no tema que hoje me importa sublinhar: o grande desafio que, para a historiografia contemporânea, representa o ter de se apresentar como uma escrita de narrativas⁶. Não estamos longe do célebre artigo de L.

³ Bernard Bailyn, «The challenge of modern historiography», in *American Historical Review*, vol. 87, 1982, pp. 1-24, disponível em http://www.theaha.org/info/AHA_History/pres_index.html [21/12/2003].

⁴ Gordon Wright, «History as a moral science», in *American Historical Review*, vol. 81, 1976, pp. 1-11, disponível em http://www.theaha.org/info/AHA_History/gwright.htm [31/12/2003]. O tema tem profundas raízes na historiografia, estando presente já em Lord Acton (cf. Josef L. Altholz, *Lord Acton on the Historian* – Introduction [<http://www.acton.org/publicat/occasionalpapers/historian.html> 30/12/2003]). Cf. ainda José Carlos Bermejo Barrera, «El historiador, el silencio y el problema del mal: La historiografía como teodicea», in José Carlos Bermejo Barrera; Pedro Andrés Piedras Monroy, *Genealogia de la Historia. Ensayos de historia teórica III*, Madrid, Ediciones Akal, 1999, pp. 226-241.

⁵ Bernard Bailyn, «The challenge of modern historiography», ob. cit., p. 3. Este mesmo argumento será analisado por Philippe Boutry, «Assurances et errances de la raison historique» (in Jean Boutier; Dominique Julia, *Passés recomposés. Champs et chantiers de l'histoire*, Paris, Éditions Autrement, série Mutations, n.º 150-151, 1995, pp. 56-68).

⁶ Isto é, para citar palavras suas: uma historiografia que, «dominated by sense of movement through time, incorporating the technical studies, and devoted to showing how the present world was shaped by its emergence from a very different past and concentrated on critical transitions from the past towards the present», tem de ter em atenção o seguinte: «... the critical need, it seems to me, is to bring order into large areas of history and thus to reintroduce history in a sophisticated form to a wider reading public, through

Stone sobre *The revival of narrative*, publicado pela primeira vez em 1979⁷. Estas narrativas, segundo escreve Bailyn, devem ser simultaneamente histórias intelectuais, económicas e sócio-políticas. Devem desenvolver-se considerando a «história da liberdade, numa combinação de áreas»⁸. É interessante, a meu ver, que o mesmo Bailyn, a propósito deste último aspecto, cite explicitamente dois autores: Lord Acton e Oscar Handlin. Acontece que o primeiro é um representante da visão liberal da história⁹, e o segundo é autor da conhecida obra sobre a *Verdade na História*¹⁰.

Ou seja, a ligação destas quatro vertentes (narrativa articuladora de diferentes áreas – valor da liberdade – visão liberal – verdade) pode ser um bom ponto de partida para enquadrar o problema da relação História/Liberdade, núcleo central do que procuro explicitar sobre a imprescindibilidade da narrativa como núcleo duro do que deve ser a especificidade da consciência historiográfica no conjunto da memória histórica dos tempos actuais. Esta é a primeira proposta que pretendo aqui colocar.

Poderiam ser citados muitos outros exemplos de diagnósticos gerais da historiografia contemporânea onde este tipo de problemas é apontado. Para citar apenas um, recorro ao que, a respeito das transformações operadas na chamada 3.^a fase dos *Annales*, ou seja, da mudança de 1988/1989, escreveu Antoine de Baecque num trabalho intitulado «Où est passé le “tournant critique”?»¹¹. Sendo tudo uma questão de estado de espírito e de definição de métodos e de objectos de estudo em cada momento historiográfico, considera este autor que o número dos *Annales* em causa (refere-se ao n.º 6 de 1989¹²) reflecte a crise dos paradigmas que remontam aos anos 70, e que parece dominar os anos seguintes: crise do marxismo e crise dos estruturalismos. E acrescenta: «A partir destas duas lentas erosões, dois princípios clássicos da historiografia começaram a abrir fissuras: o projecto de uma história global, de tipo braudeliano ou labroussiano, capaz de articular num mesmo conjunto os diferentes níveis da totalidade social; o primado dado ao recorte em classes, considerado como o único susceptível de organizar a compreensão da sociedade»¹³.

Um dos primeiros textos onde estas dúvidas se manifestam, segundo Baecque, terá sido a nota de apresentação da “Bibliothèque des Histoires”, da Gallimard, redigida por Pierre Nora já em 1971, que começava pelas palavras seguintes: «Nous vivons l'éclatement de l'Histoire»¹⁴. Mas, o mesmo autor, quando trata de escolher um texto

synthetic works, narrative in structure, on major themes, works that explain some significant part of the story of how the present world came to be the way it is» (Bernard Bailyn, «The challenge of modern historiography», ob. cit., pp. 7-8).

⁷ «The revival of narrative. Reflections on a new old history», in *Past & Present*, n.º 85, 1979, pp. 3-24; trad. francesa: «Retour au récit, ou réflexions sur une nouvelle vieille histoire», in *Le Débat*, n.º 4, 1980, pp. 116-142; trad. italiana: «Il ritorno alla narrazione: Riflessioni su una vecchia nuova storia», in *Comunità. Rivista di informazione culturale*, n.º 183, Novembro de 1981, pp. 1-25. Sobre a importância deste artigo, veja-se Georg G. Iggers, «Lawrence Stone and “The Revival of Narrative”», in *Historiography in the Twentieth Century. From Scientific Objectivity to the Postmodern Challenge*, Hanover & Londres, Wesleyan University Press, 1997, pp. 97-100.

⁸ Bernard Bailyn, «The challenge of modern historiography», ob. cit., p. 8.

⁹ V.g., Lord Acton, *Essays in the Liberal Interpretation of History*, Chicago, The University of Chicago Press, 1967.

¹⁰ V.g. Oscar Handlin, *La Verdad en la Historia*, Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1982.

¹¹ *Le Débat*, n.º 104, Março-Abril de 1999, pp. 162-170.

¹² «Histoire et sciences sociales: Un tournant critique», in *Annales. ESC*, 1988, pp. 291-339; cf. *ibidem*, 1989, pp. 1317-1323. Cf. Gérard Noiriel, *Sur la “crise” de l'Histoire*, [s.l.], Éditions Belin, 1996, p. 150 e ss.

¹³ Antoine de Baecque, «Où est passé le “tournant critique”?», ob. cit., p. 163.

¹⁴ *Idem, ibidem*. Significativamente, desta explosão da história passa-se em pouco tempo para a explosão da historiografia. Por exemplo, a propósito de duas importantes obras do panorama editorial francês (Jacques Le Goff; R. Chartier; Jacques Revel (dir.), *La Nouvelle Histoire*, Paris, Retz, 1978, e André Burguière (dir.), *Dictionnaire des Sciences Historiques*, Paris, PUF, 1986), já se escreveu que estas duas obras «ont déjà entériné l'éclatement de l'historiographie en multiples directions; surtout en passant du bilan systématique à l'arbitraire du classement alphabétique, l'instrument de travail l'emporte sur une mise en scène raisonnée de la méthode» (Jean Boutier; Dominique Julia, *Passés recomposés. Champs et chantiers de l'histoire*, ob. cit., p. 18).

emblemático desta referida mudança, escolhe o artigo de Roger Chartier publicado no citado número dos *Annales ESC*, e intitulado «Le monde comme représentation»¹⁵. Para além de tudo o que muda, há uma alteração de escala que exige, naturalmente, formas de diferente abordagem dos problemas¹⁶.

De qualquer modo, os praticantes destas *novas* orientações historiográficas não apresentam qualquer articulação, mantêm-se fragmentados e sem organização institucional, reagindo, em alguns casos, a este *fracasso* através de um regresso a formas tradicionais. Aliás, palavras, no fundo semelhantes, poderão ser ditas a propósito das diferentes *Histórias Novas*, nomeadamente a saída dos *Annales*¹⁷.

Neste contexto, não deixa de ser interessante (e, em certa medida, preocupante) que, a par desta profunda mutação paradigmática e metodológica, se tenha desenvolvido em amplas camadas sociais (com paralela expressão ao nível dos poderes políticos) a convicção – aparentemente crescente – de que a historiografia pode ser dispensável. Salvo melhor opinião, creio que é a conjugação conjuntural destes dois aspectos o que confere mais agudeza à chamada crise da historiografia contemporânea. Este problema tem, aliás, implicações: começa por ser a questão – crucial hoje em dia – da necessidade-utilidade da historiografia, mas acaba por se traduzir também no actualíssimo debate sobre o ensino das humanidades no ensino médio¹⁸.

Assim, vale a pena dedicar um pouco de atenção ao problema da crise. Embora se possam encontrar referências anteriores, é entendimento da bibliografia que o problema começa a ser colocado com crescente ênfase a partir de finais da década dos anos 70; como é o caso, por exemplo, do já citado artigo de L. Stone. Para este autor, o regresso à narrativa inserir-se-ia mesmo numa crise geral das ciências sociais, mas

¹⁵ *Idem*, pp. 163-164. O artigo de Chartier, inicialmente publicado nos *Annales ESC*, 1989, pp. 1505-1520, foi depois reeditado no livro do mesmo autor *Au bord de la falaise. L'histoire entre certitudes et inquiétude*, Paris, A. Michel, 1998, pp. 67-86.

¹⁶ Assim, continuando a citar de Baecque, este «tournant critique eut donc pour principale ambition de changer l'échelle du regard: on ne pensait plus globalement la société dans un ensemble large à travers ses classes sociales et les oppositions de comportements et de mentalités qu'elles entraînent, mais localement, cherchant dans un événement ou un destin particulier la complexité des liens sociaux, politiques, culturelles ou imaginaires qui les façonnaient. L'innovation un peu provocatrice du tournant critique consistait à ne pas lire cette mise à plat comme un «vide idéologique», ni comme la «fin de l'histoire» (expressions et interprétations qui firent pourtant fureur en ce temps), mais telle une sorte de «trou noir», c'est-à-dire un appel à retrouver d'autres lignes de compréhension de l'histoire. J'en soulignerai deux majeurs. *L'énigme du sujet pensant*, tout d'abord, dont témoigne alors un certain renouveau biographique chez les historiens, qui mit en valeur l'imprévisibilité du choix individuel et la complexité du contrat le liant à la communauté. *Les luttes de représentations*, ensuite: ce qui définit, unit ou oppose les groupes, ce n'est pas un intérêt de classe qu'une perception, une représentation de soi dans la communauté, et de l'autre comme extérieur à celle-ci. Un moment de l'histoire devient alors un complexe travail réflexif, aux contours évoluant parfois très vite, aux liens et aux réseaux divers et hétérogènes, destiné à façonner des représentations du corps social permettant intégrations et exclusions» («Où est passé le «tournant critique»?», *ob. cit.*, p. 164).

¹⁷ Cf. Philippe Carrard, *Poetics of the New History. French Historical discourse from Braudel to Chartier*, Baltimore & Londres, The Johns Hopkins University Press, 1992; Karl-Georg Faber, «Cogito ergo sum historicus novus», in Pietro Rossi (dir.), *La Teoria della Storiografia Oggi*, Milão, Il Saggiatore, 1983, pp. 215-222; Theodore S. Hamerow, «The New History and the Old», in *Reflections on History and Historians*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1987, cap. 5, pp. 162-204; Gertrude Himmelfaldo, *The New History and the Old. Critical Essays and Reappraisals*, Cambridge & Londres, The Belknap Press of Harvard University Press, 1987; Blandine Kriegel, «Introduction. La fin de l'École des Annales et le retour de la philosophie politique», in *La Politique de la Raison*, Paris, Payot, 1994, pp. IX-XXXIV; Christian Meier, «Per un superamento dell' «Histoire Nouvelle», in Pietro Rossi (dir.), *La Teoria della Storiografia Oggi*, *ob. cit.*, pp. 223-230.

¹⁸ Cf. o trabalho de revisão de John H. Weiss, «Interpreting cultural crisis: Social history confronts humanities education», in *Journal of Interdisciplinary History*, vol. 26, 1996, pp. 459-474, assim como David S. Trask, «Should We «Reconstruct» History?», in *The History Teacher*, vol. 34, n.º 2, Fevereiro de 2001 [<http://www.historycooperative.org/journals/ht/34.2/trask.html>] (comentário a Elizabeth Fox-Genovese; Elisabeth Lasch-Quinn (eds.), *Reconstructing History. The Emergence of a New Historical Society*, N. York & Londres, Routledge, 1999).

encontram-se na bibliografia opiniões diferentes. Pela minha parte, julgo que este é em grande parte um problema da *crise dos historiadores*. É o que apontam Boutier e Julia quando, observando que não se trata apenas destas explicações, escrevem: «é também o estatuto da própria história, enquanto disciplina científica, que daqui para a frente está em jogo». E acrescentam: «De um relativo consenso passou-se para um confronto ambíguo em que a história está, aliás, longe de se encontrar numa posição de fraqueza»¹⁹.

Julgo que é importante sublinhar este aspecto: as correntes historiográficas que mais directamente se consideram explicitadoras da crise em causa são, no fundo, correntes que reforçam a ruptura entre a realidade da história, por um lado, e a narrativa historiográfica, por outro lado. Assim acontece com o chamado *giro linguístico* de finais dos anos 60, segundo o qual, nas suas formas mais radicais, a história seria um género literário, longe de pretender ser um discurso de verdade²⁰. Claro que há ainda outros aspectos a considerar, tais como a chamada historiografia pós-moderna²¹ e as suas variantes de pendor niilista²², o *Criticismo* ou o chamado *Novo historicismo*²³. Pode-se ainda constatar, para terminar, que a história, segundo alguns, terá perdido, nos últimos anos, e de modo progressivo o seu papel como modelo de cientificidade nas ciências sociais. Mas, creio que, para além das diferenças que naturalmente separam e individualizam cada uma das correntes citadas, o problema de fundo é o da determinação das relações entre texto historiográfico e realidade histórica. É isto que, por exemplo, se encontra no chamado *Novo Medievalismo*. Quando se escreve que ele é – cito – «um conhecimento não de coisas e acções, mas de discursos; é uma arte, não de factos, mas de codificação de factos»²⁴, estamos perante uma tal supremacia do

¹⁹ *Passés recomposés. Champs et chantiers de l'histoire*, ob. cit., p. 27.

²⁰ Sendo impossível, pela sua dimensão, referir aqui a bibliografia relativa a este tema, limito-me a remeter para três títulos, onde se citam estudos complementares: Brian Fay, «The linguistic turn and beyond in Contemporary Theory of History», in Brian Fay; Philip Pomper; Richard T. Vann, *History and Theory. Contemporary Readings*, Blackwell, Londres e N. York, 1998, pp. 1-12; Georg G. Iggers, *Historiography in the Twentieth Century*, ob. cit., pp. 118-133; Gérard Noiriel, *Sur la "Crise" de l'Histoire*, ob. cit., pp. 126-150.

²¹ Na impossibilidade de indicar a numerosa bibliografia publicada sobre este tema, vejamos, para além da revisão de Georg G. Iggers, *Historiography in the Twentieth Century*, ob. cit., p. 95 e ss.; F. R. Ankersmit, «Historiography and postmodernism», in Brian Fay; Philip Pomper; Richard T. Vann, *History and Theory. Contemporary Readings*, Blackwell, Londres e N. York, 1998, pp. 175-192 (seguem-se: Perez Zagorin, «Historiography and postmodernism: Reconsiderations», pp. 193-205; F. R. Ankersmit, «Reply to Professor Zagorin», pp. 206-222); Joyce Appleby; Lynn Hunt; Margaret Jacob, «Postmodernism and the Crisis of Modernity», in *Telling the Truth About History*, N. York, W. W. Norton, 1994, pp. 198-237; Elizabeth Deeds Ermarth, *Sequel to History: Postmodernism and the crisis of historical time*, Princeton, Princeton University Press, 1992; Elizabeth Fox-Genovese; Elisabeth Lasch-Quinn (eds.), *Reconstructing History. The Emergence of a New Historical Society*, ob. cit.; Keith Jenkins (ed.), *The Postmodern History Reader*, Londres, Routledge, 1997; David D. Roberts, *Nothing but History. Reconstruction and extremity after Methaphysics*, Berkeley-Los Angeles-Londres, University of California Press, 1995.

²² Sobre este assunto vejamos: Sande Cohen, *Passive Nihilism. Cultural historiography and the rhetorics of scholarship*, N. York, St. Martin's Press, 1998; Keith Windschuttle, *The Killing of History; How literary critics and social theorists are murdering our past*, N. York-Londres-Toronto-Sidney-Singapura, The Free Press, 1997.

²³ Cf. Peter Uwe Hohendahl, «A return to history? The new historicism and its agenda», in *New German Critique*, n.º 55, 1992, pp. 87-104. A este respeito, vejamos as considerações sobre a obra de Stephen J. Greenblatt feitas por José Enrique Ruiz-Domènec, *Rostros de la Historia. Veintiún historiadores para el siglo XXI*, Barcelona, Ediciones Península, 2000, pp. 269-283.

²⁴ Segundo Eugene Vance («Semiotics and power: Relics, icons and the *Voyage de Charlemagne à Jérusalem et à Constantinople*», in M. S. Brownlee; K. Brownlee; S. G. Nichols, *The New Medievalism*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1991, pp. 226-227), o que se entende por *novo medievalismo* «is not a uniform movement, but it does have certain common denominators: 1. ... it has developed out of – or rather, away from – a set of structural and poststructural preoccupations of the past twenty-five years that did not hold up literary texts (medieval or other-wise) as products of a specific culture, but rather as

discurso que a realidade corre o risco, já não digo de desaparecer, mas pelo menos de ser secundarizada.

Esta situação, em que a realidade pode ser devorada pelo discurso, nota-se, por exemplo, na obra recente de Olivier Dumoulin, intitulada *Le rôle social de l'historien. De la chaire au prétoire*²⁵, e onde se analisam os problemas levantados pela intervenção do historiador como perito em processos judiciais. O que da leitura desta obra sobressai é, a par do problema da verdade (qual é o perfil da verdade que está em causa neste tipo de intervenções?), uma inegável deslocação do terreno da ciência historiográfica: em face da justiça, que procura determinar factos dentro de uma lógica de afirmação/negação de culpabilidade, a historiografia terá pela frente o desafio de conferir sentido às palavras e aos actos, num esforço desmitificador por vezes entendido como um esforço construtor de uma nova memória. Mas acontece que, tendo em vista os aspectos da crise atrás referidos, a historiografia tem crescentes dificuldades em se afirmar socialmente como disciplina autónoma. É que, como o referido autor chama a atenção, «a ética profissional dos juristas e a dos historiadores apresentam conflitos evidentes»²⁶, uma vez que a escrita da história se propõe «elaborar uma narrativa possuidora de sentido, cujo estatuto não implica nenhuma superioridade em relação a outras narrativas concorrentes»²⁷. Pela minha parte, considero que esta atracção pela utilidade e pratica-

embodyments of universals. Such language-centered, generalist movements as narratology, semiotics, psycho-criticism, and grammatology were either indifferent to the historical discursive matrix of literary texts, or, in the case of certain strains of Marxism, caricatural, at least concerning the Middle Ages. 2. ... the new medievalism tends to respect the inherent poetics of a literary text, yet to stress the interaction between the constitutive discourse(s) of literature and those other discourses (the scientific, the theological, the judicial, the political, the historiographical, etc.) co inhabiting a given cultural context. This context includes those conscious theories of sign, discourse, and culture that might have informed the production and reception of medieval texts and artifacts in their own time.». E acrescenta: «The "problem of history" is therefore not a documentary one of directly relating a given poem to a given event in time. Rather, it is one of understanding: first, how social events are coded or even dictated by discourse; second, how social events cluster themselves (for instance, the simultaneous rise of literacy, capitalism, and urbanism in the twelfth century) to produce new *interdiscursive* configurations specific to this or that cultural moment and its texts. The new medievalism is a science not of things and deeds, but of discourses; it is an art, not of facts, but of *encoding* of facts.»

Duas citações podem, a meu ver, ilustrar melhor o que representa esta mutação em matéria de estudos medievais:

«There are two ways that medieval studies can be didactically justified as of central and consistent importance in education and culture. First, we can say the medieval heritage is very rich today in a prominent set of ideas and institutions, such as the Catholic Church, the university, Anglo-American law, parliamentary government, romantic love, heroism, just war, the spiritual capacity of little as well as elite people, and the cherishing of classical literatures and languages. That this heritage ought to be consciously identified, cultivated, and refined is commonly asserted. Secondly, we can say less conventionally that medievalism civilization stands toward our postmodern culture as the conjunctive other, the intriguing shadow, the marginally distinctive double, the secret sharer of our dreams and anxieties. This view means that the Middle Ages are much like our culture of today, but exhibit just enough variations to disturb us and force us to question some of our values and behavior patterns and to propose some alternatives or at least modifications. The difference is relatively small, but all the more provocative for that. (Norman F. Cantor, *Inventing the Middle Ages. The lives, works, and ideas of the great medievalists of the twentieth century*, N. York, William Morrow and Company, 1991, p. 47).

«What, then, does New Medievalism mean? I will offer you two versions. First, it means study of the Middle Ages in the light of what literary scholars call, by ellipsis, 'theory' – that is, the literary and cultural theories associated with thinkers such as Derrida and Michel Foucault. [...] More specifically, New Medievalism means Postmodern Medievalism, study of the Middle Ages from a consciously held postmodern perspective, a point of view which distinguishes itself from modernity, or what I have proposed to call the Long Renaissance (William D. Paden, «New Medievalism' and 'Medievalism', in *The Year's Work in Medievalism*, X, 1995, pp. 232-233 [citado a partir de <http://www.uni.edu/utz/medievalism/medievalism.html>. 3/1/2004]).

²⁵ Paris, Albin Michel, 2003.

²⁶ Olivier Dumoulin, *Le rôle social de l'historien*, ob. cit., p. 89.

²⁷ *Idem*, *ibidem*. Cf. Pamela Brandwein, *Reconstructing Reconstruction: The Supreme Court and the Production of Historical Truth*, Durham, N.C., Duke University Press, 1999. Cf. ainda o comentário ao colóquio *Vérité historique. Vérité judiciaire. A travers les grands procès issus de la Seconde Guerre Mondiale*, Paris, 2001 [<http://www.giprecherche-justice.fr/actualites/colloques/verite-historique-judiciaire.htm>. 4/1/2004].

bilidade imediata da escrita da história acaba por a situar de tal maneira do lado da *verdade prática* que a defesa radical da autonomia do texto pode, assim, ser interpretada como uma reacção (sob determinados pontos de vista, quase salutar) a favor da *verdade compreensiva*, tradicionalmente advogada pela historiografia. Neste sentido, tem razão Dumoulin quando escreve que «as consequências da intervenção judiciária do historiador e as suas premissas epistemológicas, longe de serem um terreno de acórdão, constituem um verdadeiro *casus belli* que divide a corporação histórica»²⁸.

Neste sentido, compreende-se que todas as formas, aparentemente inovadoras, de desenvolvimento de caminhos alternativos de intervenção social dos historiadores (incluindo, naturalmente, a *Public History* norte-americana²⁹), embora correspondam, numa primeira abordagem, aos problemas da responsabilidade social do historiador, reportam-se, numa segunda abordagem, ao problema do uso social da verdade científica. E, sendo evidente que o tradicional uso social herdado do século XIX está em ruptura, é óbvio que as novas vertentes entretanto ensaiadas, tão problemáticas, se relacionam com o já citado problema da crise da história.

Ou seja, parece que as questões relacionadas com o exercício actual da profissão de historiador não são alheias à problemática do estatuto do discurso historiográfico. Jean Boutier e Dominique Julia também colocam este problema quando, a propósito da tendência em transformar a história em património comum (qualquer um se dedica à história veiculando a sua mensagem por qualquer meio) e das implicações que isso tem em termos da definição do que significa ser historiador, escrevem que «a reflexão metodológica recente tem tido a tendência de promover o problema da “escrita histórica” colocando como que entre parênteses a imperiosa exigência da verdade»³⁰.

É esta ideia que, no fundo, corresponde à segunda proposta que pretendo aqui colocar. Se a primeira – já apresentada – afirmava a imprescindibilidade da narrativa como núcleo duro do que deve ser a especificidade da consciência historiográfica no conjunto da memória histórica dos tempos actuais, esta segunda relaciona-a com a afirmação de que existe uma relação de íntima dependência entre a experiência social e profissional da actual geração de historiadores, por um lado, e o que se pode chamar a teoria da escrita historiográfica hoje dominante em muitos sectores. Será algo assim como uma *análise social da narrativa historiográfica*, cuja explicitação procurarei fazer nas páginas que se seguem.

Não se trata, como se compreenderá, de apresentar uma teoria da narrativa, sobre a qual é muito abundante a bibliografia. Quando me proponho avançar no sentido da *análise social da narrativa historiográfica* (avanço apenas esboçado dada a complexidade do tema e as limitações do tempo disponível), pretendo sobretudo situar o problema da narrativa historiográfica em termos do que se pode considerar o seu consumo social. Por outras palavras, se a memória social está pulverizada e debilitada (já tive oportunidade de em trabalho anterior analisar este processo³¹), se a generalização do conceito de *património* e de *herança* não parece ser suficiente para evitar a crescente amnésia, em termos de memória colectiva, diluídos no *mare magnum* do crescente processo de multiplicação veiculada através dos poderosos meios de comu-

²⁸ Olivier Dumoulin, *Le rôle social de l'historien*, ob. cit., p. 90, citando a propósito Carlo Ginzburg, *Le juge et l'historien. Considérations au marge du procès Sofri*, [s.l.], Verdier, 1999.

²⁹ Cf. *National Council of Public History* [<http://www.ncph.org/home.html>]: tem newsletter e revista (*The Public Historian* [<http://www.catchword.com/ucp/02723433/contp1-1.htm>, 30/12/2003] e [<http://www.publichistory.uts.edu.au>, 30/12/2003]).

³⁰ *Passés recomposés. Champs et chantiers de l'histoire*, ob. cit., p. 28.

³¹ «A dupla dimensão das comemorações na época contemporânea», in *Las Conmemoraciones en la Historia*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2001, pp. 25-61.

nicação social, pode-se perguntar: em que medida o reforço da produção da narrativa historiográfica pode constituir um factor positivo na alteração desta situação?

Talvez seja interessante notar que, em meados de 1989, duas importantes publicações apontam, embora por vias diferentes, para esta realidade: enquanto o n.º 6 dos *Annales* – já referido – publicava o artigo «Histoire et sciences sociales: Un tournant critique», tradicionalmente considerado um dos pontos de partida do ciclo historiográfico dentro do qual ainda vivemos, a revista *Le Débat*, no n.º 54, de Março-Abril desse mesmo ano de 1989, publicava um *dossier* sobre *História e Ficção*. A escolha dos artigos incluídos neste último *dossier* é, só por si, significativa. Além do importante estudo de Krzyzof Pomian sobre «História e ficção»³², o texto de Natalie Zemon Davies, intitulado «Do conto e da história», pode ser considerado emblemático. Com efeito, este trabalho da autora de *Fiction in the Archives* (obra de referência do que se pode considerar a nova narratividade típica do último quartel do século XX³³) situa-se no seio do debate crítico dos anos 1988-1989. Além do *tournant critique* dos *Annales*, recordem-se também acontecimentos marcantes como as comemorações da Revolução Francesa, a queda do Muro de Berlim ou o fim do comunismo. Deve ainda ser relacionado com o debate promovido pela *American Historical Review*, onde Natalie Davis responde às dúvidas colocadas por Robert Finlay em relação ao papel da imaginação na historiografia³⁴.

Penso que não são necessários mais exemplos demonstrativos do modo como, na memória e na historiografia ocidental, estão articulados o encerramento do ciclo político da modernidade, o termo de um período em termos historiográficos, o advento da historiografia pós-moderna e o retorno às formas de historiografia narrativa.

Seja-me permitido ainda uma última observação, antes de entrar nas considerações finais. Talvez não seja desajustada a confluência das circunstâncias indicadas com a súbita expansão, visível desde então, da voga do romance histórico. Não se trata do romance histórico “clássico”, aquele que, de acordo com a *Enciclopédia* de Diderot, se distingue da historiografia em termos de falsidade do primeiro e veracidade da segunda³⁵. Também não se trata apenas do romance histórico moderno, assente na noção de *verosimilhança*³⁶. Mas de algo que se aproxima velozmente do romance pós-moderno cuja diferenciação em relação ao texto historiográfico assenta na maior liberdade que aquele usufrui em termos de *veracidade*, para recorrer a uma expressão com laivos de *nominalismo* de Georges Duby³⁷. Com efeito, alguns dos romances históricos mais recentes apresentam manifestações de heterogeneidade e de subalter-nização da racionalidade típicos da pós-modernidade (recordem-se, entre os que o reflectem de forma mais matizada, *O Nome da Rosa* ou *O Senhor dos Anéis*, ou a nova

³² Pp. 114-137. Reeditado na *Rivista di Storia della Storiografia Moderna*, 3, 1993, pp. 425-466, e depois no volume deste autor *Che Cos'è la Storia*, Milão, Bruno Mondatori, 2001, pp. 7-50 (ed. italiana do original *Sur l'Histoire*, Paris, Gallimard, 1999).

³³ Standford, Stanford University Press, 1987.

³⁴ *American Historical Review*, vol. 93, n.º 3, 1988. AHR Forum: *The return of Martin Guerre* (Cambridge, 1983) – Robert Finlay, «The Refashioning of Martin Guerre», pp. 553-571; Natalie Zemon Davis, «On the Lame», pp. 572-603.

³⁵ A história «c'est le récit des faits donnés pour vrais; au contraire de fable, qui est le récit des faits donnés pour faux» (Voltaire, «Histoire», in *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers, par une Société de Gens de Lettres*, tomo 8, 1765 [http://www.eliohs.unifi.it/testi/700/voltaire/histoire.html. 4/1/2004]).

³⁶ Maria de Fátima Marinho, *O Romance Histórico em Portugal*, Porto, Campo das Letras, 1999, pp. 11-26.

³⁷ «Mais la différence entre le romancier et l'historien, c'est que l'historien est obligé de tenir compte d'un certain nombre de choses qui s'imposent à lui; qu'il est tenu par un souci de «véracité», si vous voulez, plutôt peut-être que de «réalité»» (G. Duby; G. Landreau, *Dialogues*, Paris, 1980, I. «Un nominalisme bien tempéré», pp. 37-67).

narrativa latino-americana, entre os que o reflectem de forma mais radical). Pense-se ainda, por exemplo, nos *Medieval Cultural Studies in Post-Modern Contexts*, ou nos diferentes *New Medievalism*, para se ter uma ideia da mutação realizada³⁸.

Nesta ordem de ideias, não deixa de ser significativo que, mercê deste processo, se desenvolva ultimamente, entre a narrativa historiográfica e a narrativa do romance histórico, uma confluência que me parece ser merecedora de alguma reflexão. Assim, há em ambas uma crescente preponderância da dimensão sincrónica sobre a diacrónica, por vezes, uma sobreposição de narradores, oscilações entre formas diegéticas e miméticas, por um lado, e entre estratégias de persuasão que apontam quer para o efeito demonstrativo quer para o efeito de realidade, por outro lado³⁹.

Permito-me, assim, acrescentar uma terceira proposta que pode tornar mais claras as duas já anteriormente formuladas. Se comecei por defender a imprescindibilidade da narrativa como núcleo duro do que deve ser a especificidade da consciência historiográfica no conjunto da memória histórica dos tempos actuais, e depois admiti existir uma relação de dependência entre a experiência social e profissional da actual geração de historiadores, por um lado, e o que se pode chamar a teoria da escrita historiográfica hoje dominante em muitos sectores, penso que posso agora formular uma terceira hipótese: perante o défice de expressão social da historiografia erudita que, desde a *Escola Metódica*, caracterizou grande parte do século XX, a demanda social de narrativa sobre o passado encontrou uma resposta mais ágil por parte dos autores de romances históricos do que por parte dos autores de narrativas historiográficas. Se muitos historiadores, hoje em dia, perante o estreitamento das saídas profissionais tradicionais, procuram caminhos alternativos (alguns deles foram aqui referidos), tais caminhos apresentam algumas dificuldades de fundo que não satisfazem plenamente. Assim, a meu ver, o único caminho realmente válido assenta na articulação do saber erudito tradicional com a sua transmissão em termos de uma narratividade também válida em termos literários. Só esta articulação possibilitará à historiografia contemplar simultaneamente as exigências de investigação, que lhe confirmam uma garantia de *realidade*, com o propósito de penetração social, que lhe legitime o cumprimento de uma função social exercida num patamar dificilmente acessível a outras formas de comunicação.

Tenho plena consciência das dificuldades teóricas que pode implicar esta reivindicação da dimensão narrativa e literária na obra historiográfica que pretenda ter uma expressão social. Mas, no nosso tempo e no futuro que se adivinha, haverá outra alternativa que não represente a perda de identidade social do discurso historiográfico?

Recordo, por exemplo, a obra de Hayden White. Com ela, levanta-se um problema de fundo: a historiografia é uma arte ou uma ciência?⁴⁰ Desde que, em 1973, White

³⁸ Cf. Colóquio *Cultural Frictions: Medieval Cultural Studies in Post-Modern Contexts* (Georgetown University. 27-28/10/1995) [http://www.georgetown.edu:80/labyrinth/conf/cs95/. 3/1/2004]. Como se pode ler na respectiva apresentação: «The conference was devoted to the ways in which medieval literary studies are being reconceived and redefined with the models for social and cultural history developed in recent work on cultural studies and post-modern theory»; o colóquio *The Middle Ages in the Post-Medieval World: Reception and Interpretation. Twenty-Ninth Annual Sewanee Medieval Colloquium* (12-13/4/2002). [http://www.sewanee.edu/Medieval/prog2002.htm. 2/1/2004]; bem como a *Marginalia no Labyrinth* [http://www.georgetown.edu/labyrinth/margin/. 3/1/2004]. Sobre o *New Medievalism*, veja-se a nota 24.

³⁹ Karl Kohut (ed.), *La invención del pasado. La novela histórica en el marco de la posmodernidad*. Frankfurt e Madrid, Vervuert Verlag e Iberoamericana, 1997; Maria de Fátima Marinho, *O Romance Histórico em Portugal*, ob. cit., pp. 27-43.

⁴⁰ É este, aliás, o título do artigo com que White respondia («An old question rised again: Is historiography art or science? [reponse to Iggers]», in *Rethinking History*, vol. 4, n.º 3, Inverno 2000, pp. 391-406) ao comentário de Georg G. Iggers («Historiography between scholarship and poetry: Reflexions on Hayden White's approach to historiography», *ibidem*, pp. 377-390).

publica a sua conhecida *Metahistory. The historical imagination in nineteenth-century Europe*⁴¹, esta questão tem acompanhado a sua vida. Tenha-se em atenção, por exemplo, a afirmação polémica do texto intitulado «O texto histórico como artefacto literário», e incluído nos seus *Tropics of Discourse*⁴²: «as narrativas históricas são aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências»⁴³.

Não vou debruçar-me sobre o valor desta e de outras similares afirmações. Aliás, a bibliografia sobre isto é imensa. Limitar-me-ei, assim, a recordar um outro importante trabalho do mesmo autor – «O valor da narrativa na representação da realidade» – incluído numa outra sua colectânea (*The Content of the Form: Narrative discourse and historical representation*)⁴⁴.

Começa por afirmar que colocar esta questão (natureza da narrativa) equivale a reflectir «sobre a própria natureza da cultura e, possivelmente, inclusive sobre a natureza da própria humanidade. Por isso, o problema da narrativa não o será tanto em si («a narratividade só poderia aparecer como problemática numa cultura em que estivesse ausente») quanto o outro problema para o qual aquele constitui certamente uma resposta – «como traduzir o conhecimento em relato, ou seja o problema de configurar a experiência humana em forma assimilável a estruturas de significação humanas em geral, em vez de especificamente culturais». Esta não me parece ser uma observação muito diferente da que há pouco apresentava a propósito da terceira conclusão.

Daqui extrai o autor uma observação importante: «longe de ser um código entre os muitos que uma cultura pode utilizar para dotar a sua experiência de significado, a narrativa é um metacódigo, um universal humano no qual assenta a transmissão de mensagens transculturais acerca da natureza de uma realidade comum»⁴⁵.

Por isso, a historiografia constitui um excelente instrumento para estudar a natureza da narratividade. Como o autor afirma, «porque nela [entenda-se, na historiografia] a nossa ânsia de imaginário e o possível deve fazer frente às exigências do real»⁴⁶. E, logo a seguir, apresenta umas observações, que, no meu entender, colocam muito bem o problema de uma certa função social da narrativa historiográfica. Escreve:

«Se consideramos a narração e a narratividade como instrumento com que se medeiam, arbitram ou resolvem num discurso as pretensões em conflito do imaginário e do real, começamos a compreender tanto a atracção da narrativa como as razões para a recusar. Se acontecimentos putativamente reais se representam de forma não narrativa, que tipo de realidade se oferece ou se pensa que se oferece à percepção sob esta modalidade? Que aspecto terá uma representação não narrativa da realidade histórica?»⁴⁷.

⁴¹ Baltimore & Londres, The Johns Hopkins University Press, 1973.

⁴² Baltimore, John Hopkins University Press, 1978. Texto reproduzido em Brian Fay; Philip Pomper; Richard T. Vann, *History and Theory. Contemporary Readings*, Blackwell, Londres e N. York, pp. 15-33. Cito a partir da edição brasileira, *Trópicos do Discurso. Ensaios sobre a crítica da cultura*, São Paulo, EDUSP, 1994, pp. 97-116.

⁴³ P. 98.

⁴⁴ Publicado pela primeira vez em *Critical Inquiry*, vol. 7, 1980, pp. 5-27, e reproduzido em *The Content of the Form: Narrative discourse and historical representation*, Baltimore, John Hopkins University Press, 1987. Cito a partir da edição espanhola: *El contenido de la forma. Narrativa, discurso y representación histórica*, Barcelona, Ediciones Paidós, 1992, pp. 17-39.

⁴⁵ P. 17.

⁴⁶ P. 20.

⁴⁷ *Idem, ibidem*.

Para o caso que nos interessa, a resposta a esta interrogação vai encontrar-se já no fim do artigo, quando, depois de afirmar que a história pertence à categoria do que se pode chamar o discurso do real⁴⁸, conclui que a importância atribuída à narrativa na representação do passado «surge do desejo de que os acontecimentos reais revelem a coerência, integridade, plenitude e fecho de uma imagem da vida que é e só pode ser imaginária»⁴⁹.

Quando Duby afirma que o valor decisivo da historiografia assenta «no seu valor moral», não me parece que esteja muito longe da mensagem enviada à American Historical Association por Gordon Wright, e à qual me referi no início desta intervenção. Um valor moral que, segundo o mesmo Duby, reside no próprio exercício da historiografia. Se esta é representação do passado – representação de ausências –, o seu exercício (escrevendo ou lendo) promove atitudes de dúvida metódica, de rigor, de aprendizagem crítica da informação que nenhuma outra forma de abordagem do passado permite desenvolver⁵⁰.

Compreende-se, deste modo, que atrás tenha reafirmado a convicção de que o problema em jogo seja o da relação entre *verdade e função social da historiografia*⁵¹. Quando, há pouco, diagnosticava, na evolução mais recente, o desenvolvimento de uma confluência entre a narrativa historiográfica e a narrativa do romance histórico merecedora de alguma reflexão, queria precisamente chegar a este ponto. A crescente preponderância da dimensão sincrónica sobre a diacrónica, a sobreposição de narradores, as oscilações entre formas diegéticas e miméticas, por um lado, e entre estratégias

⁴⁸ P. 35.

⁴⁹ P. 38. Cf. sobre este tema, o escrito do mesmo autor intitulado «La cuestión de la narrativa en la teoría historiográfica actual» (*ibidem*, pp. 41-74). A referência a White é meramente exemplificadora, uma vez que estas mesmas questões são também objecto de reflexão por outros autores, como é o caso de Dominick La Capra. Alguns dos seus escritos têm um interesse muito directo com o tema deste trabalho. É o caso, por exemplo, de *History & Criticism*, Ithaca and London, Cornell University Press, 1985, onde logo no início se pode ler que a obra não tem uma tese dominante, mas desenvolve várias ideias: «... the complex nature of history as a “dialogical” exchange both with the past and with others inquiring into it; the role of critical theory in historical understanding; the relation of historiography to other disciplines; and the need for historians to respond creatively to newer challenges in contemporary thought. From a long-term perspective on problems, I try to revive a Renaissance ideal of historiography that is largely out of favor at present – one in which scholarly research is intimately linked to “rhetorical” and ethico-political discourse. In more contemporary terms, I am especially interested in the relations between intellectual history, which must develop modes of critical and self-critical interpretation, and social history, which has been preoccupied with the attempt to elaborate methods to investigate the contexts of interpretation. I continue to believe that historians have much to learn from disciplines such as literary criticism and philosophy where debates over the nature of interpretation have been particularly lively in the recent past. I would like to help bring historiography to the point as which it is able to enter those debates in a more even-handed way – not simply as a repository of facts or a neopositivistic stepchild of social science, and certainly not a mythologized locus for some prediscursive image of “reality”, but as a critical voice in the disciplines addressing problems of understanding and explanation (pp. 9-10). Assim, para o presente caso, apresentam especial interesse os capítulos desta obra intitulados «Rhetoric and History» (pp. 15-44) e «History and the Novel» (pp. 115-134). Têm ainda interesse vários textos de Jörn Rüsen, onde se debruça sobre a historiografia como *reconstrução narrativa* (cf. Allan Megill, «Jörn Rüsen’s theory of historiography between modernism and the rhetoric of inquiry», in *History and Theory*, vol. 33, 1994, pp. 39-60).

⁵⁰ G. Duby; G. Landreau, *Dialogues*, ob. cit.. Sobre o valor da história: «Mais je crois que la valeur décisive de l’histoire, sa valeur *morale*, c’est finalement dans la méthode historique elle-même. L’histoire donne des “leçons” dans la mesure où elle enseigne le doute méthodique, la rigueur, où elle est apprentissage d’une *critique* de l’information. C’est ce qui me fait penser que l’histoire [...] est, comme on aurait dit naguère, “l’école du citoyen”, qu’elle contribue à former des gens dont les jugements sont plus libres, qui sont capables de soumettre les informations dont ils sont bombardés à une analyse lucide, mieux à même d’agir en “connaissance de cause”, moins empêtrés dans les rets d’une idéologie» (p. 188).

⁵¹ Cf. Antoine Prost, *Douze leçons sur l’Histoire*, Paris, Éditions du Seuil, 1996, cuja conclusão se intitula precisamente «Vérité et fonction sociale de l’histoire» (pp. 283-306). São vários e muito importantes os problemas levantados a respeito deste tema (síntese *versus* micro-análise, questão da objectividade e da prova, relação entre história, memória e identidade), impossíveis de abordar aqui, referidos aliás por este autor.

de persuasão que apontam quer para o efeito demonstrativo quer para o efeito de realidade, por outro lado – são as manifestações da confluência para as quais chamei a atenção –, não foram referidas em tom de crítica, como se tratassem de manifestações a evitar. Foram-no em tom de indicação dos caminhos cujo trilho pode ser advogado.

Com efeito, estou convencido de que, nos tempos que já são os nossos, e sobretudo nos tempos que serão os do futuro, só uma narratividade historiográfica que assuma as citadas vertentes da narratividade literária terá expressão e portanto legitimidade social. Se pretender assegurar esta legitimidade por outras vias, a historiografia poderá consegui-lo eventualmente, mas certamente perdendo a sua especificidade como ramo do conhecimento. E certamente consegui-lo-á em situação de progressiva debilidade, em face do enorme poder dos outros meios de comunicação (cinema, televisão, jornais, etc.)⁵².

E, sobretudo – este é o aspecto fulcral –, tal hipótese não significa uma voz alternativa para o passado, significará o progressivo silenciamento desse passado, que, por estar morto, necessita da historiografia para sobreviver, nem que seja apenas na memória dos homens. Como aconselha o príncipe de Dinamarca a Horácio, mesmo antes de morrer: de um lado está a história, o que fica é o silêncio⁵³.

É evidente que, quando sublinho a imprescindibilidade da narrativa aponto para algo mais do que para a mera forma literária. Nesse aspecto, têm razão os autores do *Manifesto da História em Debate* (citado no início deste trabalho) quando reagem à eventualidade de uma perda da especificidade da história em face dos radicalismos defensores de uma diluição desta na literatura. Assim, importa distinguir as situações. Por isso, o que aqui se afirma não se reporta tanto ao texto de investigação (dotado de uma metodologia e de uma retórica próprias, e destinado a um universo de leitores específico) quanto ao texto que pretende atingir espaços sociais mais amplos, e onde, consequentemente, se joga com maior equidade a expressão social da historiografia.

Com efeito, a narratividade é também uma forma temporal de viver, ou seja, é algo que aponta para a continuidade na experiência humana⁵⁴. Por isso, o silêncio da escrita historiográfica representaria certamente o empobrecimento da experiência humana, já que a experiência histórica é uma dimensão essencial da nossa existência⁵⁵. Neste sentido, sabendo que a existência humana é essencialmente convivencial, penso que os textos narrativos nos permitem ter uma experiência privilegiada de convivencialidade. Os dramas não têm narrador, são, recorrendo a Aristóteles, imitações; a lírica é sempre apresentação directa do autor. Só a narrativa é, em si, forma de discurso dialogante; tem um enredo e tem um narrador.

Em suma, e para recorrer a palavras mais próximas da prática historiográfica, diria, com K. Pomian, que a narratividade se apresenta como histórica quando apresenta marcas precisas de historicidade e comprovabilidade que permitam ao leitor transcender o texto⁵⁶.

⁵² Como escreve, a propósito de N. Z. Davis, José Enrique Ruiz-Domènec, «la historia narrativa es la respuesta del historiador a la conversión del cine como principal vehículo de comunicación en la segunda mitad del siglo XX («Rostros de la Historia», ob. cit., p. 63).

⁵³ *Hamlet*, 349-350.

⁵⁴ Paul Ricœur, «La función narrativa y la experiencia humana del tiempo», in *Paul Ricœur. Historia y narratividad*, Barcelona, Ediciones Paidós e ICE da Universidad Autónoma de Barcelona, 1999, pp. 183-214.

⁵⁵ Cf. David Carr, «Narrative and the real world: An argument for continuity», in *History & Theory*, vol. 25, Maio de 1986, pp. 117-131; reeditado em Brian Fay; Philip Pomper; Richard T. Vann, *History and Theory. Contemporary Readings*, Blackwell, Londres e N. York, 1998, pp. 137-152.

⁵⁶ A citação exacta é a seguinte: «Una narrazione si presenta quindi come storica quando contiene precisi marchi di storicità che da una parte certifichino l'intenzione dell'autore di concedere la possibilità di uscire dal testo e dall'altra programmino quelle operazioni che dovrebbero permettere sia di verificare le affermazioni sia di riprodurre gli atti conoscitivi di cui tali affermazioni costituiscono il risultato. Insomma, una narrazione si presenta come storica quando mostra chiaramente l'intenzione di sottoporsi a un controllo

Mas também importa reconhecer que, se a historiografia perde a sua função social numa conjuntura em que a comunidade esquece o seu passado, os efeitos práticos da referida função social exigem a existência de um mínimo de identificação entre esta comunidade e os produtos historiográficos que se lhe são oferecidos⁵⁷. Deve, assim, existir um fluxo de comunicação entre a historiografia e o corpo social, o qual, na presente conjuntura, dificilmente funcionará (pela razões atrás indicadas) se não passar por uma dimensão narrativa que respeite os vectores atrás enunciados.

Assim, a meu ver, quando estes vectores estão presentes e o referido fluxo de comunicação funciona na sociedade, a narrativa historiográfica exercerá uma plena e insubstituível função social. Ao trazer ao tempo presente a ausência por excelência que é o passado, *esse país estrangeiro* (de acordo com o título da obra de David Lowenthal⁵⁸), terá, pelo menos, a capacidade de fazer chover dentro da fantasia de cada um (para recorrer ao verso de Dante⁵⁹), mas com a forte aparência de veracidade, capaz de produzir essa espontânea suspensão da dúvida que constitui [...] a fé poética..., em palavras de Jorge Luis Borges⁶⁰.

della propria conformità a quell'ormai trascorsa realtà extratestuale di cui tratta. Ma affinché venga anche riconosciuta come storica è necessario che questa intenzione non sia vana; ciò significa che le operazioni di verifica programmate devono poter essere effettivamente eseguite da qualsiasi lettore competente, a meno che l'impossibilità di eseguirle non derivi da eventi successivi alla redazione del testo (per esempio, distruzioni di archivi, perdite, furti o altri incidenti di natura simile)». Cito a partir da edição italiana, *Che Cos'è la Storia*, ob. cit., p. 20 (afirmação semelhante *ibidem*, p. 23).

⁵⁷ Recorde-se, a este propósito, a chamada de atenção deste mesmo autor, segundo a qual toda a narrativa histórica, a começar pela novelesca, pressupõe, no leitor, uma mínima consciência histórica (*Che Cos'è la Storia*, ob. cit., pp. 14-16).

⁵⁸ *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

⁵⁹ *Purgatório*, XVII, 25.

⁶⁰ «Discusión», in *Obras Completas*, volume 1, Barcelona, Emecé Editores, 1989, p. 226.